

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

“As razões do meu Não ao aborto”

um artigo de Marques Mendes



Destaques:

A Europa numa encruzilhada – o papel dos «media»

Pag 2 e seguintes

PSD quer retirar ao Governo o exclusivo da nomeação das Entidades Reguladoras

Em “actividades do PSD”

Autarcas Sociais-Democratas defendem regras de equidade na distribuição de fundos

Na pagª. dos ASD

Intervenção na Conferência da Fundação Konrad Adenauer sobre "O papel dos media na Europa"

Em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, realizou-se no dia 23, uma conferência/colóquio, promovida pela Fundação Konrad Adenauer, sobre "O papel dos media na Europa", com os temas principais ordenados pelas questões básicas: «É possível construir uma Europa política, com capacidade de atracção sobre os cidadãos? Pode pensar-se num comprometimento ético dos media com a ideia de uma união de povos? Perante os dados do Eurobarómetro, não haverá que valorizar as formas de publicidade institucional? Pode pensar-se uma relação de tipo novo entre os media, as instituições políticas e outros actores? Estará a Europa política a desafiar os velhos paradigmas? Como se pode imaginar a Europa com os desafios do alargamento e as barreiras nacionais?»

A estas e outras questões procuraram responder os intervenientes da conferência, em cuja organização teve um papel primordial a euro-deputada do PSD, Assunção Esteves.

O nosso Presidente, Luís Marques Mendes, na sessão de abertura do colóquio proferiu a seguinte intervenção:

«Desde o Tratado de Roma que a Democracia adquiriu uma nova escala. Um conjunto de governos democráticos sentou-se à mesa para formar um projecto de partilha política assente nos princípios da Democracia e dos direitos humanos. A Europa formava-se. Um desafio para os seus povos e um desafio para o mundo. O predomínio absoluto das soberanias deu lugar a uma política fundada na dignidade do homem e na colaboração de Estados. O projecto de uma união de povos dava os primeiros passos. Um projecto importante de afirmação da paz, de construção da prosperidade colectiva, de criação de um novo tempo de esperança e de ambição. O projecto europeu.

Hoje, a Europa enfrenta novos desafios. Verdaderamente, são os desafios do aprofundamento do seu projecto inicial. Uma união de larga escala, uma integração que lhe dê uma só voz, um centro político capaz de organizar um trabalho em rede e de passar a prova da sua legitimação na opinião pública europeia.

O desígnio europeu adquiriu uma nova dimensão. O alargamento oferece à política europeia um novo território, com o desafio da governabilidade. O pluralismo cultural intensifica-se. A cidadania europeia dá os primeiros passos.

Estamos perante um novo tempo político. Um tempo de novas formas de governação e um tempo de responsabilidade partilhada. Um tempo de novos desafios e oportunidades.

A primeira condição para este desígnio é a formação de um espaço público europeu. A passagem de uma Europa burocrática a uma Europa política. Uma cidadania activa que interage com as instituições e que as legitima em permanente escrutínio. Uma comunicação capaz de estabelecer uma relação cada vez mais difícil neste espaço tão extenso quanto complexo da sociedade europeia.

A União Europeia está hoje numa encruzilhada. Entrou num estado de letargia. Parece não ter nem estratégia, nem objectivos...

A maioria dos cidadãos europeus não conhece o sistema institucional da União. O papel da Comissão Europeia é percebido como vago ou muito vago. O Conselho é praticamente desconhecido como instituição. As percepções dos cidadãos são extremamente confusas. Os cidadãos reclamam mais informação e mais participação, contrapartida essencial para um novo empenhamento no projecto europeu. Tudo isto é preocupante.

Mas mais preocupante ainda é que a União Europeia está hoje numa encruzilhada. Entrou num estado de letargia. Parece não ter nem estratégia, nem objectivos, nem lideranças capazes de encontrarem soluções ou de lançarem novos desafios.

A Europa criou o Euro mas é muito lenta na liberalização dos mercados.

A Europa é um espaço de concorrência, mas o que vemos ressurgir são novas práticas de protecção e novas afirmações de egoísmos nacionais.

A Europa é um espaço aberto e concorrencial. Infelizmente o que assistimos é ao medo e à timidez da competição com os demais blocos económicos do mundo.

A Europa é hoje uma realidade de 27 Países. O que constatamos, infelizmente, é a contradição de termos uma Europa maior com um Orçamento menor.

A Europa empenhou-se na feitura de um Tratado Constitucional. Ao primeiro percalço que surgiu, o resultado é o que se vê – um sinal de impotência para vencer esta crise e para ultrapassar esta dificuldade.



A Europa precisa de ambição e de dinâmica. O que registamos, infelizmente, é o contrário. Os últimos Conselhos Europeus representam um deserto de decisões com impacto e com capacidade mobilizadora.

São estes sinais, de natureza económica uns, de carácter político e institucional outros, que fazem desta Europa um espaço em permanente perda de competitividade. Competitividade económica e competitividade política. E, todavia, o projecto Europeu é um grande projecto. A prova está no facto de que, apesar dos erros, deficiências ou insuficiências, são vários os Países que a ele querem aderir e não há registo de algum que o deseje abandonar.

É tudo isto que reforça a nossa responsabilidade, como convictos defensores do projecto europeu.

Esta situação de letargia não pode continuar. Sob pena de falência do projecto europeu, com notórios prejuízos para os cidadãos da Europa. E com uma agravante muito sensível. Uma Europa alargada a 27 estados Membros tem uma dupla responsabilidade: a responsabilidade de cumprir os seus desígnios iniciais e a responsabilidade de não frustrar as expectativas que o alargamento gerou.

É urgente resolver este impasse. A União Europeia precisa de ter uma agenda política. Uma agenda definida com ambição, visão estratégica e de futuro. Uma agenda que vá de encontro às verdadeiras preocupações dos europeus. Uma agenda que defina objectivos, prioridades e meios para a sua eficaz concretização. Uma agenda que seja clara e perceptível, que mobilize e gere esperança, que seja capaz de relançar o projecto europeu e de conferir à União Europeia o papel de relevo que pode e deve ter no mundo global em que vivemos.

Para a concretização deste desígnio, o Tratado Constitucional é um

instrumento essencial. Não sendo uma condição suficiente para o relançamento do projecto europeu é, todavia, uma condição necessária.

É preciso, neste particular, dar um passo em frente. Um passo maior ou menor, mas ousado ou mais prudente. Mas dar um passo. Sem esse passo, a Europa corre o risco de continuar parada ou bloqueada.

O projecto inicial do Tratado Constitucional não foi assimilado pelos europeus. Por isso, falhou. Cabe aos responsáveis europeus perceber a lição, retirar ilações e sobretudo avançar. Parar é estagnar.

Exige-se, agora, muito provavelmente, um passo mais pequeno, mas mais seguro, mais consensual, mais bem compreendido pelos cidadãos europeus. Um passo destinado, prioritariamente, a operacionalizar o funcionamento das instituições da União.

Este é o sentido de premência que a situação reclama. Uma Europa a 27 não pode funcionar com as regras da Europa a 15. Uma Europa que tem urgência de agir e decidir não pode ficar bloqueada no seu funcionamento e na sua capacidade de decisão.

Esta política de pequenos passos não é incompatível com o espírito de ambição que a Europa precisa. Bem pelo contrário. Ela permite resolver, de imediato, um problema vital e criar um espaço de tempo necessário para mais à frente amadurecer ideias, aprofundar soluções, dar sinais de novos avanços, definir novas metas e objectivos.

A verdade é esta: temos que conquistar a adesão das populações para as mudanças que se fazem e para as políticas que se definem. A política tem que ser feita à medida das ambições dos cidadãos europeus. Se assim não for, nem o projecto europeu avança nem os europeus se mobilizam.

É aqui que o papel dos media assume, também, especial relevância. Claro que a política vem primeiro. É aos

responsáveis políticos europeus – e não aos media – que cabe a responsabilidade de liderar, de decidir e de criar uma agenda política europeia. Nem os media podem suprir as incapacidades dos líderes europeus nem devem substituir-se a eles na definição do rumo a seguir.

Mas o seu empenhamento exigente, pedagógico e crítico é uma alavanca importante. Não é apenas o papel de elucidar acerca de uma realidade que é complexa e que, para ser aceite e motivadora, tem de ser conhecida e percebida. É também a responsabilidade de contribuir para a formação da opinião pública europeia.

É natural que os temas de política



interna tenham prevalência. Mas também é certo que a Europa há muito

que deixou de ser, para nós, uma questão de política externa e cada vez se assume mais como fazendo parte da nossa política interna, das nossas preocupações e desafios, do nosso dia a dia.

O espaço público europeu não prescinde de uma opinião pública informada e crítica, de um “sentimento generalizado de Europa” que dá o impulso e sanciona o seu programa político fundamental. É necessário lançar mãos de meios que removam a distância, o afastamento ou o alheamento dos cidadãos europeus em relação às instituições europeias.

Esta é uma tarefa de todos. Dos políticos, dos cidadãos e dos media. Uma

tarefa que cada um deverá assumir na esfera própria das suas responsabilidades. Mas uma tarefa que todos devem partilhar em obediência a um objectivo comum: o objectivo da construção de uma Europa maior e mais forte, economicamente mais competitiva, socialmente mais justa e politicamente mais afirmativa, uma Europa que dê esperança e ambição aos europeus e que seja cada vez mais uma voz presente, activa e actuante na cena internacional.» - PL

A questão do aborto

O Presidente do PSD assume, como cidadão, as razões do seu voto negativo no próximo referendo

Tendo vincado, mais que uma vez, que o PSD, como Partido, não assumiria posição oficial num assunto que se considera do foro íntimo de cada cidadão, como é o referendo sobre o aborto, o nosso Presidente já tinha reiterado que, pessoalmente, votaria pelo “Não”. Num artigo em que dá resposta a perguntas sobre a sua posição pessoal, Marques Mendes escreveu para o «Correio da Manhã» as

Razões do meu NÃO

É este o momento adequado para fundamentar a minha posição pessoal sobre a questão que vai ser submetida a referendo no próximo dia 11 de Fevereiro.

Mantenho a posição que assumi em 1998: o aborto provocado é, fora dos casos previstos na Lei actual, um acto arbitrário e injustificado que destrói um ser humano.

É hoje inquestionável que o feto é membro da espécie humana, sendo um ser humano único, irrepitível e diferente de todos os outros. Como tal, merece respeito e protecção.

É certo que se pode verificar um conflito de interesses entre o seu direito à vida e o direito da mulher à sua autonomia, princípio que também merece o meu apoio. De facto, não se pode contestar o direito da mulher a só conceber um filho se e quando o desejar, usando da sua plena liberdade e utilizando os métodos anticoncepcionais que entender. Só que esta escolha tem de ser feita, responsabilmente, antes da concepção livre de um novo ser. Se a concepção não for livre mas resultar, por exemplo, de violação, a lei já hoje admite, e bem, a realização de um aborto.

Mas, fora das situações que a lei já consagra, o direito da mulher à sua liberdade de escolha termina quando começa o direito à vida de um novo



ser humano.

A liberdade exige responsabilidade. Neste caso, a responsabilidade de respeitar um princípio fundamental, consagrado na nossa Constituição: “A vida humana é inviolável” (artigo 24º).

A legalização do aborto destrói um outro princípio fundamental da ética: os fins não justificam os meios. Ainda que a finalidade visada fosse resolver um problema e fosse porventura aceitável, meios intrinsecamente maus, sobretudo os que implicam a destruição de vidas humanas, não podem ser utilizados.

Na verdade, a vida humana individual não pode ser considerada nunca um meio ou instrumento. É sempre um fim em si mesma. É um valor superior a todos os outros, anterior e superior à própria lei e ao próprio Estado. A liberdade é certamente um valor muito importante, mas tem um limite absoluto que é o respeito pela vida dos outros seres humanos.

Não ignoro, é certo, o problema social que é o aborto clandestino. Conheço-o e sou muito sensível a esse drama. Penso, todavia, que esse mal, que já foi reduzido em relação ao passado, se deve combater, como todos os males sociais e económicos, com medidas enérgicas, sociais, educativas e

económicas. Será o caso da protecção da natalidade e da família, do planeamento familiar, da educação sexual dos jovens ou do incentivo à adopção de crianças não desejadas.

Sei bem que este é um discurso recorrente e que, apesar disso, muito há ainda a fazer. E não desconheço que, nesta matéria, todos os Governos têm prometido muito e realizado pouco.

Mas, fora esta responsabilidade que todos devemos partilhar, a questão central é esta: numa correcta hierarquia de valores a escolha só pode ser defender a vida, não destruí-la.

E não se diga que esta é uma tarefa difícil.

Também é difícil combater a corrupção, mas combatêmo-la. Não a legalizamos.

Também é difícil combater o tráfico de droga, mas combatêmo-lo. Não o legalizamos.

O mal combate-se. Não se legaliza. Por maioria de razão, quando o bem a defender é uma vida humana.

Apesar de não haver em Portugal qualquer mulher presa pela prática de aborto, o argumento da prisão é reiteradamente esgrimido. Também aqui quero ser claro. Não concordo com aqueles que parecem querer confinar a legitimidade do Direito à sua eficácia

absoluta, nem reduzo o Direito Penal à sua função repressiva. Ele tem uma função preventiva, dissuasora e, sobretudo, delimita fronteiras entre o que é ou não é lícito. Esta fronteira é essencial. Sem ela, corremos o risco de construir uma sociedade sem regras e sem valores.

Coisa diferente é saber se, nestes casos, a pena de prisão é correcta.

Não fujo, também, a esta questão e repito o que já antes afirmei: não sou favorável à pena de prisão para a mulher que decide abortar, seja antes ou depois das 10 semanas de gravidez. O que acho absolutamente incongruente na questão que está em referendo é que, até às 10 semanas, se afaste qualquer forma de penalização e que, às 10 semanas e um dia, se aplique a pena de prisão.

Para mim, a liberalização do aborto pode ter consequências graves. Promovendo-a, ela torna-se, como sublinhou um Deputado do PS no debate de 1997, “um mecanismo de desresponsabilização social”.

Consagrando-a, ela traduzirá um sinal de facilidade, não uma ideia de responsabilidade.

Aprovando-a, estaremos a inverter as prioridades. Temos de nos preocupar em incentivar a natalidade, para combater o envelhecimento da população. Ao contrário, estamos a promover o aborto, instrumento de destruição de uma nova vida.

Em vez de ser um sinal de modernidade, como alguns dizem, ela pode ser um retrocesso cultural.

Uma sociedade moderna e responsável, constrói-se com referências, valores e prioridades. É esta a minha convicção.

Por isso, **votarei Não** no referendo.

- Luís Marques Mendes

PSD quer retirar ao Governo o exclusivo da nomeação das Entidades Reguladoras

O PSD vai apresentar esta semana um diploma relativo à designação dos membros dos órgãos de direcção das Entidades Reguladoras, que retira ao Governo o exclusivo da nomeação e passa essa competência para o Presidente da República.

O texto do projecto de lei que os sociais-democratas entregam esta semana na Assembleia da República foi aprovado na última reunião da comissão permanente do partido e tem como principal objectivo assegurar a “independência das Entidades Reguladoras”, “não apenas no seu funcionamento, mas logo no momento de designação dos respectivos dirigentes”.

Assim, de acordo com um comunicado da comissão permanente do PSD, o diploma consagra que a proposta de nomeação dos membros dos órgãos de direcção das Entidades Reguladoras seja feita pelo Governo e que exista uma audição prévia dos indigitados por parte da Assembleia da República.

A nomeação final para o cargo será, depois, feita pelo Presidente da República.

“É necessário, a exemplo do que acontece em muitos dos nossos parceiros europeus, desgovernamentalizar o processo de designação e reforçar o escrutínio democrático desse processo”, lê-se na nota da comissão permanente do PSD.

Com este novo modelo, que retira ao Governo o exclusivo da nomeação das Entidades Reguladoras e confere aos vários órgãos de soberania a capacidade de intervenção no processo, “criam-se condições para assegurar uma maior independência, a isenção e a imparcialidade de entidades com particular importância no nosso desenvolvimento colectivo”, é ainda referido no comunicado.

Na nota, a comissão permanente do PSD reitera ainda as críticas aos que consideram ser “uma sucessão de episódios pouco dignificantes” que conduziram à saída do presidente da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), Jorge Vasconcelos, e “colocaram objectivamente em causa a independência desta Entidade Reguladora”.

“Esteve mal o Governo em todo este processo. Esteve mal ao criar as condições que conduziram à proposta tarifária da ERSE. Esteve mal na forma como retirou competências a esta entidade, forçando objectivamente à demissão do seu presidente. Esteve mal no processo de designação dos novos membros do conselho da ERSE”.

Jorge Vasconcelos demitiu-se do cargo de presidente da ERSE a 15 de

Dezembro de 2006, acusando o Governo de acabar com a independência da regulação do sector eléctrico.

O ex-presidente da ERSE criticou o limite administrativo de 6 por cento imposto pelo Governo para as tarifas domésticas em 2007, que contrariou uma proposta da ERSE, significativamente superior.

“Esta intervenção significa, do meu pontos de vista, o fim da regulação independente do sector eléctrico português. Consequentemente apresentei hoje o meu pedido de demissão”, afirmou na altura Jorge Vasconcelos.

Três dias depois de ter apresentado a sua demissão, Jorge Vasconcelos foi dispensado do cargo pelo ministro da Economia, uma figura prevista nos estatutos da Entidade Reguladora.

Depois da audição de ex-presidente da ERSE, o PSD quer ouvir Manuel Pinho

Na sequência da audição do ex-presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos Sector Eléctrico (ERSE), Jorge Vasconcelos, o PSD quer ouvir o ministro da Economia, Manuel Pinho, no Parlamento.

“No seguimento da audição do ex-presidente da ERSE, engº Jorge Vasconcelos, justifica-se a audição do sr. ministro da Economia, face às declarações proferidas”, sublinhou o PSD, em requerimento entregue na Assembleia da República.

Das declarações de Jorge Vasconcelos, o PSD destacou “a notória responsabilidade do ministro da Economia e das políticas energéticas do Governo na demissão apresentada pelo ex-presidente da ERSE”.

Os sociais-democratas realçam ainda “a denúncia de factos que terão impedido o citado ex-presidente da ERSE de assumir o cargo de Director Executivo da Agência Internacional de Energia”, bem como as consequências para a independência da ERSE e para o sector energético da demissão de Jorge Vasconcelos.

“Face ao exposto, os deputados do grupo parlamentar do PSD requerem a vinda urgente do ministro da Economia” à Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, lê-se no requerimento.

Na sua audição, o ex-presidente da ERSE afirmou que o aumento dos preços da electricidade, em 2007, poderia ter sido inferior a seis por cento, se o Governo tivesse seguido as recomendações que fez sobre



racionalização de sistemas e poupanças operacionais.

A 16 de Outubro, a ERSE anunciou que as tarifas da electricidade para os consumidores domésticos iriam aumentar 15,7 por cento este ano, o que levou o Governo a limitar, por lei, o aumento das tarifas a um tecto máximo de 6 por cento.

Na sequência da intervenção do Governo neste processo, Jorge Vasconcelos apresentou a demissão do cargo.

Na audição parlamentar, Jorge Vasconcelos afirmou ainda ter sido convidado pelo Governo para se candidatar à Agência Internacional de Energia (AIE), mas o processo não foi entregue no prazo limite por razões que desconhece.

“Por razões que me são estranhas” o processo não foi entregue dentro do prazo, disse Jorge Vasconcelos, na audição da comissão parlamentar dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Rural, numa audiência que acabou por se realizar agora, apesar de ter sido pedida em já em Dezembro, antes da demissão do presidente da ERSE.

Líder parlamentar do PSD acusa Governo de discriminar Grande Porto

O líder parlamentar do PSD, Marques Guedes, acusou o Governo de enveredar por uma “discriminação negativa” do Grande Porto sobretudo nos investimentos relacionados com a mobilidade.

Marques Guedes falava aos jornalistas depois um encontro que duas dezenas de deputados social-democratas mantiveram na sede da Junta Metropolitana do Porto com os responsáveis desta estrutura e ainda das Comunidades Urbanas do Vale do

Sousa e Tâmega.

“Existe uma paralisia generalizada em obras importantíssimas para a região, que sente uma forte discriminação negativa e uma indefinição estratégica to tal” relativamente à aplicação do Quadro de Referência Estratégico 2007-2013 e à expansão do Metro, disse o líder parlamentar do PSD.

Marques Guedes deu como “exemplo típico” da alegada discriminação negativa da região o discurso do governo sobre a introdução de portagens em auto-estradas da região actualmente sem custos para o utilizador. “É uma violação de compromissos eleitorais. Esta região não percebe por que é que a medida é apenas para ela!”, afirmou.

Também o presidente da Junta Metropolitana do Porto, Rui Rio, disse ser “notório” que o Governo “discrimina” o Grande Porto.

“É notório. Não há, relativamente à Área Metropolitana do Porto e ao Norte do país, a mesma preocupação que tem havido em torno de investimentos na capital do país”, disse o autarca social-democrata.

Mostrando-se aberto a discutir estas questões com representantes de outros partidos, Rui Rio revelou-se particularmente preocupado com a inexistência de informações sobre a expansão da rede de metro.

“Temos de fazer tudo por tudo para que, pelo menos, se façam os complementos à rede, projectos que estão parados há dois anos”, disse Rui Rio, numa alusão ao prolongamento da linha de Gaia, extensão do metro a Gondomar e construção da linha da Boavista.

O também presidente da Câmara do Porto disse ter reiterado, em Novembro, um pedido de audiência ao ministro dos Transportes, Mário Lino, para analisar a questão, já que anteriores pedidos ficaram por responder. –

Fontes: Lusa, DN, TSF, PL

PSD apresenta “objecções de fundo” ao QREN e formula cinco propostas construtivas



O vice-presidente do PSD, Arlindo Cunha apontou “seis objecções de fundo” à proposta do Governo para aplicação dos fundos comunitários, defendendo cinco alterações ao documento, como a criação de uma “agenda operacional para a convergência”.

“Apesar das linhas gerais de orientação representarem objectivos e princípios consensuais, o importante é a sua concretização prática. E, neste quadro, temos seis objecções de fundo à proposta do Governo”, afirmou o vice-presidente do PSD para a área dos Assuntos Europeu, Arlindo Cunha.

Como primeira “objecção de fundo”, Arlindo Cunha apontou a utilização de grande parte do Fundo de Coesão para o financiamento do novo aeroporto da Ota e a criação do TGV.

“Qualquer euro do fundo de coesão destinado aos projectos Ota e TGV é um escândalo”,

sublinhou, manifestando igualmente uma “grande frustração” pelo abandono do interior do país no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007/2013 que foi agora apresentado em Lisboa pelo Governo.

Arlindo Cunha criticou ainda a “opção errada pela diminuição da competitividade relativa das empresas nacionais”, já que na proposta do Governo para a aplicação dos fundos comunitários o “executivo assume que não vai aplicar os limites máximos das taxas de incentivos às empresas”.

“Isto significa, na prática, que as nossas empresas vão ser prejudicadas na comparação e no confronto com as suas congéneres europeias”, sustentou Arlindo Cunha.

A “omissão grave” que é feita ao não se considerar o Turismo como “uma opção estratégica” e a falta de articulação do QREN com o Programa de Desenvolvimento Rural foram outras das “objecções” levantadas pelo vice-presidente do PSD ao documento hoje apresentado pelo Governo sobre os 21,5 milhões de euros de fundos comunitários que serão aplicados em Portugal até 2013.

Arlindo Cunha deu ainda conta de uma “suspeita preocupante” que o PSD tem, relativamente ao peso atribuído à qualificação dos recursos humanos.

“A opção é boa e tem o nosso apoio. Mas temos várias suspeitas de que o Governo se prepara para utilizar estas verbas como forma encapotada de disfarçar o desemprego ou até de financiar as despesas correntes do Estado”, salientou.

O “centralismo” do modelo de gestão apresentado pelo executivo socialista foi outra das críticas deixadas pelos sociais-democratas, assim como a “excessiva governamentalização” e a “marginalização” a que os municípios foram condenados.

Paralelamente a estas críticas, o PS apresentou cinco “propostas muito concretas e construtivas” para melhorar a proposta do Governo.

“O PSD propõe que se crie uma ‘agenda operacional para a convergência’ que explicita a coerência dos instrumentos que venham a ser desenhados para os Planos Operacionais temáticos com o objectivo da coesão territorial e social”, disse Arlindo Cunha, considerando que esta proposta é “absolutamente essencial” para promover o desenvolvimento do interior do país.

A consagração da obrigatoriedade de as verbas do Fundo Social Europeu não poderem ser canalizadas, “ainda que de forma encapotada, para disfarçar o desemprego ou financiar despesas correntes do Estado” foi outra sugestão deixada pelo PSD.

Além disso, os sociais-democratas propõem que seja “profundamente revisto o modelo de gestão dos Programas Operacionais Regionais”, para permitir aos municípios uma intervenção efectiva nos órgãos de gestão, assim como a instalação dos órgãos de gestão fora de Lisboa.

Por último, e visto que o Algarve e a Madeira, “vão ser muito afectados” e perder um “volume substancial de fundos comunitários”, o PSD defendeu que o Governo encontre “programas, formas e recursos que compensem estas regiões pela súbita perda de acesso a investimentos necessários ao seu desenvolvimento”.

Na conferência de imprensa realizada na sede do partido em Lisboa, Arlindo Cunha reiterou também as críticas à “aprovação tardia” do QREN, lamentando que se tenha “perdido um ano”.

“Esta aprovação tardia tem consequências graves para o país, para as empresas e para a economia nacional. Na prática, isto significa que Portugal não vai ter fundos financeiros da União Europeia em 2007, mas tão só em 2008”, sublinhou. – **Gab. IMP. PSD**

PSD critica a abertura de ministro da Justiça a novas propostas sobre segredo de justiça, que divergem do que foi assinado pelo PS e PSD



O PSD criticou a abertura do ministro da Justiça, a ponderar novas propostas sobre o segredo de justiça, lembrando que essa matéria está incluída no pacto parlamentar assinado entre socialistas e sociais-democratas e é uma “questão arrumada”.

“O senhor ministro deve estar, no mínimo distraído”, afirmou o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, Montalvão Machado, numa reacção à abertura manifestada pelo ministro da Justiça, Alberto Costa, para ponderar novas propostas de aperfeiçoamento do regime de segredo de Justiça.

Na quarta-feira, em declarações à TSF, Alberto Costa disse que o Governo está sempre aberto “a ponderar outras propostas que venham a ser apresentadas para aperfeiçoar as funções” do segredo de justiça, considerando que se trata de uma “matéria complexa”.

Alberto Costa falava um dia depois do Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, ter admitido que o segredo de justiça “será sempre violado”, “seja qual for a lei”.

“Não tenho nenhuma receita milagrosa para o segredo de justiça”, afirmou Pinto Monteiro, em declarações aos jornalistas na terça-feira, à saída da comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Hoje, numa reacção às declarações do ministro da Justiça, o vice-presidente da bancada social-democrata condenou as palavras de Alberto Costa, considerando que “não é compreensível” o titular da pasta da Justiça “dizer estar aberto a outras ideias”.

“Não faz sentido. O segredo de justiça foi tratado com muita serenidade no âmbito do pacto parlamentar estabelecido entre o PSD e o PS”, disse Montalvão Machado, sublinhando que o “segredo de justiça é uma questão arrumada”.

“Há um pacto que tem prismas muito bem colocados”, acrescentou.

No pacto para a Justiça, assinado pelos líderes parlamentares do PS e do PSD em Setembro, está consagrada a redução do número de crimes a que o segredo de justiça poderá ser aplicado, assim como a redução do período em que os processos estarão em segredo de justiça.

A regra, segundo o que foi acordado entre socialistas e sociais-democratas, deverá ser a “publicidade” dos processos, ficando a manutenção do segredo de justiça na fase de inquérito dependente de decisão judicial.

Além disso, o segredo de justiça acaba obrigatoriamente passando três meses sobre os “prazos legais” do inquérito.

– **Gab. Imp. GP/PSD**

Intervenção na interpelação ao Governo sobre Saúde

Deputado Carlos Andrade Miranda
Assembleia da República, 18 de Janeiro de 2007

(...)
Permita-me que o interpele hoje sobre o fracasso da Putativa Reforma dos Cuidados de Saúde Primários.

Aquela reforma que assentava nas 100 Unidades de Saúde Familiar até ao final de 2006 mas viu o ano chegar ao fim com apenas 43.

(E todas com modelo transitório)

Um verdadeiro “flop”.

E sabe V.Ex.^a, porque é que esta sua reforma começou a patinar passados que foram os primeiros impulsos iniciais?

Pela simples razão que todos os profissionais de saúde perceberam claramente que o carro ia à frente dos bois.

Perceberam que as USF iam arrancar sem que estivesse previamente definido o contexto legal e organizacional em que se moveriam.

O novo regulamento dos centros de saúde e o seu relacionamento com as USF;

O regime remuneratório dos profissionais;

(até agora indefinido)

O regime de mobilidade desses profissionais;

(veja-se o que se passa em Castelo de Paiva, Vila Nova de Paiva, Penalva do Castelo e Vouzela) – a manta é curta, como dizem os médicos.

O próprio estatuto jurídico das USF;

A articulação com os Cuidados Hospitalares.

Enfim, todo um vazio legal insuportável.

Todas as promessas feitas por V.E.^a, de que faria sair a legislação indispensável durante ainda o 1º Semestre de 2006, não foram cumpridas.

Provocando assim um atraso colossal na implementação das USF.

E sabe V.Ex.^a, porque é que negligenciou aqueles actos de governação elementares?

Porque V.Ex.^a, se desorientou, perdeu o norte e distraiu-se com outros assuntos.

O Senhor Ministro tinha claramente estabelecido – e bem – como Primeira Prioridade do seu Ministério, a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários.

Ainda em Março de 2006 o Senhor Ministro proclamava:

“A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários constitui um dos grandes objectivos da governação na saúde. Não é o défice, não são os gastos em medicamentos, não é o monopólio das farmácias, não são os hospitais EPE, não são as parcerias no investimento, a razão de ser da

actividade governativa. Não é o sistema, são as pessoas, pelos ganhos em saúde. O sistema não pode vir antes. E sem Cuidados de Saúde Primários não pode haver uma estratégia de ganhos em Saúde.”

Pois bem.

V.Ex.^a, fez exactamente o contrário do que anunciou.

Centrou-se na política do medicamento para aí ir buscar folga para a contenção da despesa;

A obsessão pelo racionamento dos



Intervenção na interpelação ao Governo sobre Saúde

Deputado José Raúl dos Santos
Assembleia da República, 18 de Janeiro de 2007

(...)

Do comunicado que o seu Ministério ontem divulgou, passo a ler alguns enxertos: “ Nos vários momentos de intervenção foram proporcionadas as medidas de estabilização apropriadas ”.

“A gravidade do acidente e a distância a que ele ocorreu de um centro hospitalar com capacidade de intervenção neurocirúrgica, condicionaram, sem dúvida, o tempo que mediou entre a ocorrência e a entrada no hospital de destino”.

Não existe, todavia, evidência de que esse lapso de tempo, bem como as manobras entretanto executadas pudessem ter influenciado o desfecho fatal, o qual se deveu essencialmente à gravidade das lesões iniciais”.

Os Portugueses vão sendo melhor informados pela imprensa que nos diz que a generalidade dos especialistas em emergência sentem espanto e vergonha pelo que se passou.

Coloco-lhe as seguintes questões:

a

Que instruções deu o Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) à ambulância de emergência baseada no quartel dos Bombeiros Voluntários de Odemira, no momento em acionou o alerta?

Que informação recebeu o CODU da equipa socorrista quando chegou junto da vítima?

Que razões determinaram a sua

deslocação para o centro de saúde de Odemira?

Porque não foi accionada logo de início a Viatura Médica de Emergência e Reabilitação?

É aceitável que se diga que a vítima se encontrava num estado irreversível e que o desfecho seria sempre a morte, e por isso não se investigue o que correu mal?

Considera adequada uma espera de sete horas por socorro numa região com grande prevalência de doenças cardiovasculares e afectada por graves acidentes de viação nos troços do IC-1 e auto-estrada do sul?

Considera aceitável que a Ordem dos Médicos e o Ministério Público investiguem o que se passou e o seu Ministério diga que está tudo bem e não abra sequer um inquérito?

Outra pergunta Senhor Ministro:

Vossa Excelência ordenou o encerramento de centros de saúde do Distrito de Beja.

Vossa Excelência ordenou a concentração dos serviços de urgência de 14 concelhos em cinco centros de saúde?

Estes serviços não dispõem de equipamentos para exercer uma urgência médica adequada.

Mesmo assim o Senhor Ministro ordenou a implantação da emergência médica, apenas com uma viatura para cumprir a sua missão num território com mais de 10 mil quilómetros quadrados, com aglomerados populacionais dispersos e envelhecidos e onde prevalecem elevadas percentagens de doenças

serviços roubou-lhe o tempo para os Cuidados Primários.

V.Ex.^a, só pode queixar-se de si próprio pelo fracasso da Reforma.

Nestas circunstâncias não posso deixar de lhe perguntar o que pensa V.Ex.^a, fazer para minorar este fracasso e quando é que os profissionais da saúde e os portugueses poderão finalmente perceber os verdadeiros contornos das Unidades de Saúde Familiar?

(...)





Intervenção na interpelação ao Governo sobre Saúde

Deputada Regina Bastos
Assembleia da República, de 18 de Janeiro de 2007



(...)

Em Novembro de 2005, Vossa Excelência dizia que *“os hospitais sabem que têm um tecto global de 4% para o próximo ano”* no crescimento da factura com medicamentos.

Um ano depois, no passado dia 2 de Janeiro, os Portugueses ficaram a saber que, no que se refere à despesa hospitalar com medicamentos, *“a meta de 4 por cento foi dobrada para 8,5 por cento”*, para utilizar também as palavras do Senhor Ministro.

Os Portugueses também já conhecem as medidas tomadas por Vossa Excelência para compensar a derrapagem registada.

Para começar, o Orçamento do Estado para 2007 reduziu a comparticipação do Estado no preço dos medicamentos entre 1 e 5%, consoante os seus escalões.

Assim, os remédios comparticipados a 70% passaram para 69%, os de 30% passaram para 27% e os comparticipados a 20% passaram a ter um apoio de, apenas, 15%.

Depois, os hospitais foram fortemente incentivados a deixarem de adquirir os denominados medicamentos inovadores.

Estas medidas, somadas ao encerramento de serviços de saúde e ao adiamento da construção de novos hospitais, ou ainda à criação de novas taxas, para citar só alguns exemplos, vão aos poucos dizendo aos Portugueses que devem esperar cada vez menos do Estado quando dele precisarem.

Foi pena que, antes das últimas eleições legislativas, Vossa Excelência, ao invés de andar a falar da acessibilidade dos utentes aos serviços de saúde, não os tivesse esclarecido sobre o que pensava fazer aos seus direitos.

Mas é a tal máxima de Vossa Excelência do *“Vote primeiro, pague depois”*

Entretanto, a anunciada poupança resultante da segunda redução administrativa do preço dos medicamentos foi aprovada mas ainda não está em vigor.

Quer isto dizer, Senhor Ministro, que, no início deste ano, os Portugueses compram os seus medicamentos mais caros por terem menor comparticipação do Estado no seu preço.

Sendo o Orçamento a sua primeira prioridade, naturalmente que, reconhecemos, Vossa Excelência poderá aqui encaixar mais umas largas dezenas de milhares de euros e, deste modo, satisfazer o *diktat* do Ministro das Finanças.

De resto, pergunto a Vossa Excelência quando irá o Governo cumprir o seu Programa revendo o sistema de comparticipação de medicamentos, em vez de tomar medidas avulsas e pontuais que acabam sempre por penalizar os cidadãos?

Quando irá o Governo também cumprir a promessa do seu Programa, alargando a prescrição por DCI a todos os medicamentos comparticipados pelo SNS?

Os medicamentos genéricos são outro caso revelador da sua política.

Em 2002 representavam 0,3% do mercado. Em 2005 a quota de mercado dos genéricos subiu para 11,9%. Hoje, passados dois anos, essa quota não vai além dos 15%, muito longe dos 20% que deveria ter atingido no final de 2006.

O fim da majoração de 10% surtiu o efeito previsto.

Por isso, aliás, o PSD associou-se sinceramente ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando este, na semana passada, fez discutir uma iniciativa recomendando ao Governo que arripasse caminho e voltasse a facilitar a entrada de genéricos no mercado.

Senhor Ministro:

Peço que responda muito directamente às seguintes questões:
Que medidas vai tomar para flexibilizar o regime de fixação dos preços dos MG?

Vai rever o sistema de comparticipação dos MG?

Quando serão aprovadas medidas de generalização da prescrição por DCI?
Quando será implementada e generalizada a prescrição electrónica?

Já que falamos de poupança e de afectação de recursos públicos, uma questão final, Senhor Ministro, sobre o custo dos meios complementares de diagnóstico: Um funcionário público reformado, em 2004, no tempo dos Governos do PSD, pagava 4 euros e oitenta cêntimos pelas análises clínicas que o seu médico lhe prescrevia.

Em Outubro de 2005, estava o PS no Governo há mais de seis meses, o preço dessas análises subiu 38%.

Hoje, passados dois anos de governação socialista, o mesmo funcionário paga quase 15 euros pelas mesmas análises, ou seja, o preço dos exames subiu 196%!

Dirá Vossa Excelência que as quantias não são significativas e que este é um problema do Ministério das Finanças.

A isso respondo que estes aumentos, somados a todos os outros que o seu Governo nos impôs, rebentam com qualquer orçamento das classes média e baixa.

E quanto a não ser um problema da Saúde, respondo-lhe que também não o será das Finanças: é um problema dos Portugueses que **têm um cobrador de fraque no lugar de Primeiro Ministro**.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 24 DE JANEIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate Mensal com o Primeiro Ministro

QUINTA-FEIRA, DIA 25 DE JANEIRO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento potestativo do PSD
Projecto de Lei n.º 337/X (PSD)
(Transmissão dos direitos de antena no serviço público de televisão)
VOTAÇÕES no final do debate

SEXTA-FEIRA, DIA 26 DE JANEIRO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 88/X (GOV)
(Regulamenta os artigos 281.º a 312.º do Código do Trabalho, referentes aos acidentes de trabalho e doenças profissionais)

Discussão conjunta:
Proposta de Lei n.º 76/X (GOV)
Projecto de Lei n.º 333/X (PCP)
(Estatuto do Jornalista)

Carmona Rodrigues empenhado em manter IPO em Lisboa

O presidente da Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues, manifestou-se no passado dia 15, empenhado na manutenção do Instituto Português de Oncologia (IPO) na capital, embora reconheça a dificuldade de encontrar um terreno alternativo à actual localização, perto da Praça de Espanha.

“Oficialmente não tenho conhecimento de que haja uma decisão. Nós, obviamente, estamos empenhados em preservar a presença do IPO em Lisboa. Não sei se o próprio ministério estaria interessado em deslocalizar”, disse aos jornalistas Carmona Rodrigues.

O semanário “Sol” noticiou esta semana que as novas instalações do IPO, que substituirão as actuais, deverão ser instaladas no concelho de Oeiras.

“O que me tem sido transmitido é que há uma vontade de o manter em Lisboa, de preferência em instalações diferentes das actuais, mas para isso é preciso um terreno de sete hectares. Não é fácil encontrar um terreno de sete hectares urbanizável em Lisboa”, disse Carmona Rodrigues.

O autarca de Lisboa, que falava à margem da inauguração da Quinta dos Lilazes, acrescentou que os serviços da Câmara “têm tentado fazer essa pesquisa mas não tem sido fácil”.

Carmona Rodrigues, que desde há cerca de um ano tem mantido conversações com o ministro da Saúde sobre o assunto, considera que a possibilidade de o IPO se manter no mesmo edifício, mediante a realização de obras, não está completamente afastada. – **Fonte:Lusa**

Rehabitar o Centro: Arrancou o “Concurso para Arrendamento Jovem de 20 fogos”

A Câmara Municipal de Lisboa lançou hoje o Programa “Lx – ReHabitatar o Centro” colocando, para já, no mercado de arrendamento 20 fogos e três espaços comerciais em edifícios municipais reabilitados nos bairros históricos e destinados à população jovem.

As candidaturas para fogos habitacionais em meados de Janeiro e prolongam-se até 15 de Fevereiro, enquanto as inscrições para os Espaços Comerciais estarão abertas até ao dia 27 de Fevereiro de 2007. O sorteio dos fogos será realizado a 6 de Junho, e a documentação para a celebração do contrato de

arrendamento será entregue até ao dia 29 de Junho de 2007, segundo o regulamento e anúncio do concurso que será publicado no Boletim Municipal, site da Câmara Municipal de Lisboa (www.cm-lisboa.pt) e jornais nacionais.

Com esta bolsa de arrendamento, a Vereadora do Urbanismo e Reabilitação Urbana dá oportunidade à população jovem de residir em Lisboa. Também os espaços comerciais disponibilizados constituirão pólos indutores de uma oferta de qualidade ao nível do comércio tradicional e dos serviços. As rendas são acessíveis e têm por referência o valor de mercado reduzido em 25%.

A Câmara de Lisboa pretende com esta iniciativa contrariar a tendência para a desertificação dos centros históricos, assumindo após a reabilitação do edificado, um papel activo na dinâmica de renovação da população dos bairros.

A bolsa de arrendamento que agora irá ser disponibilizada conta com 20 fogos de tipologias que vão do T1 ao T4, distribuídos por sete edifícios. As rendas, que variam entre os 442 euros e os 720 euros consoante as tipologias, têm por referência o valor de mercado reduzido em 25%.

Segundo o Regulamento, no âmbito do Programa “Lx – ReHabitatar o Centro”, podem candidatar-se ao arrendamento dos fogos municipais quem tiver menos de 41 anos de idade à data do prazo limite para a entrega das candidaturas; não ser proprietário, comproprietário, usufrutuário ou arrendatário de habitação na área do município de Lisboa; e trabalhar ou estudar ou residir no município desde que pretendam aceder à primeira habitação.

Ao abrigo do Regulamento a atribuição dos imóveis é efectuada através da celebração de um contrato de arrendamento por um prazo único de cinco anos, podendo ser renovado por mais um ano no caso do arrendamento de fogos e por mais três no caso dos espaços comerciais.

Prémio de Criação Literária Casa da América Latina entregue ao argentino Tomás Eloy Martínez

O presidente da CML, António Carmona Rodrigues, entregou ao escritor argentino Tomás Eloy Martínez, pelo seu romance “O Voo da Rainha”, o Prémio de Criação



Literária Casa da América Latina, numa cerimónia que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 16 de Janeiro.

Presentes na cerimónia, para além do edil lisboeta e do escritor galardoado, estavam o presidente do Júri do Prémio, Eduardo Prado Coelho, o editor da obra Manuel Alberto Valente (Edições ASA), que também foi, nessa qualidade, distinguido com o Prémio, o secretário-geral da Casa da América Latina, Mário Quartim Graça, o embaixador da República Argentina em Lisboa, Jorge Faurie, muitos outros representantes diplomáticos de países latino-americanos, editores e várias dezenas de convidados.

O presidente da Câmara justificou a instituição do Prémio como uma “contribuição para a aproximação entre os povos latino-americanos e os portugueses”, pois “através da literatura penetra-se na ‘alma’ do povo de que o autor é filho”. Sobre o autor galardoado, Carmona Rodrigues nomeou Tomás Eloy

Martínez como “uma das principais figuras da literatura latino-americana”, “preocupado em oferecer ao público o melhor da sua capacidade criativa” e de quem os leitores portugueses “esperam pela publicação em Portugal de mais livros seus”.

O autarca lisboeta concluiu reafirmando o empenho em continuar a promover a actividade da Casa da América Latina, que o Município de Lisboa fundou, com o “propósito de dar a conhecer aos lisboetas o mundo das realidades latino-americanas”, nomeadamente através da sua nova sede, proporcionando às gentes que convivem nesta Lisboa multiétnica e multicultural “uma perfeita integração, no respeito das identidades próprias”.

O embaixador argentino, por seu lado, considerou a Casa da América Latina como uma “grande valia de que dispõe Portugal nas suas relações com outros espaços geográficos e outras realidades culturais”,

Notícias de Lisboa

agradecendo a Lisboa e à sua autarquia a criação desta instituição “que reforça os laços entre as nações ibero-americanas” e a decisão de criar o Prémio, de cuja primeira edição se orgulha por “ter recaído num compatriota”.

Eduardo Prado Coelho, presidente do Júri do Prémio, que integrava ainda José Manuel de Vasconcelos, em representação da Associação Portuguesa de Escritores, e Maria Fernanda de Abreu, especialista em literatura de língua castelhana, considerou a obra premiada como de grande “acuidade descritiva”, plena de “poesia, com cenas tocantes de lirismo, até uma crueldade que quase magoa” e o seu autor como sendo dotado de uma “escrita segura”. Na ocasião, o académico e ensaísta confidenciou que, quando procedia à leitura das obras entregues para concurso (33 obras de autores de sete nacionalidades, de oito editoras nacionais), deu consigo, após cerca de 50 páginas lidas, a exclamar: “é este!”. Na sua opinião, “escolhemos um livro magnífico”, concluiu.

Depois do presidente da Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues, e do embaixador argentino, Jorge Faurie, terem procedido à entrega do Prémio, no valor de dez mil euros, a Tomás Eloy Martínez, bem como dos respectivos troféus e diplomas ao romancista e ao editor português, Manuel Alberto Valente, foi a vez do escritor encerrar a cerimónia com palavras de agradecimento.

No seu discurso, pleno de referências à História, Cultura e Literatura portuguesas, comuns ao génio literário seu conterrâneo (de ascendência portuguesa) Jorge Luis Borges, Martínez revelou algumas das “desventuras” porque passou a criação do romance “O Voo da Rainha”, cuja escrita interrompeu por duas vezes, a primeira na sequência de lhe haverem diagnosticado (erradamente) uma doença mortal que lhe daria apenas seis meses de vida, e que culminou numa primeira versão depois abandonada, a segunda por motivo da morte da esposa, que o atirou para um “pasma” inactivo, quando já trabalhava na segunda e definitiva versão do romance. Esta última versão, confidenciou, foi inspirada nas peripécias de um brasileiro conhecido seu, editor no jornal “Estado de São Paulo”, pessoa afável que lhe comunicara, em tom apaixonado, o seu noivado com uma jovem para, dias depois, vir a saber o enamorado editor havia brutalmente assassinado a noiva. Hoje, revela a sua dificuldade em falar sobre o romance, pois “com o tempo, um texto é cada vez menos do seu autor e mais de quem o lê”.



Falando sobre a sua obra, o romancista adianta que as suas novelas “nascem da surpresa do dia-a-dia” cruzada com a memória da biblioteca da sua cidade natal, cujos livros lidos na infância ainda o marcam: “o livro tinha uma aura de santidade que para mim nunca se perdeu”. Discorrendo sobre a importância do livro, recordou as desventuras da Biblioteca Real portuguesa, que antes do terramoto de 1755 era a terceira maior do mundo, apenas suplantada pelas do Vaticano e dos reis de França, que acabaria por chegar ao Brasil com a família real, na sequência das invasões napoleónicas, onde ganhou a mítica áurea sul-americana de “biblioteca dos reis”. Nesse sentido, assegurou, a sua cultura repousa nas suas “raízes da identidade ibérica”, revendo-se em Camões, Cervantes e Pessoa. Mas, “já não é o mar tenebroso que nos separa, é o oceano luminoso que nos une”, concluiu.

O romance “O Voo da Rainha” ganhara já o Prémio Alfaguara de Literatura Ibero-americana 2002 e foi publicado em Portugal, em 2004, pelas Edições ASA. Tomás Eloy Martínez nasceu em Tetuán, Argentina, em 1934. É autor de uma vasta obra, como escritor e como jornalista, com destaque para os romances “La novela de Péron” (1985) e “Santa Evita” (1995), o romance argentino mais traduzido de todos os tempos. Actualmente, é director do Programa de Estudos Latino-Americanos da Rutgers University, New Jersey, EUA.

Vereadora Gabriela Seara esclarece e repudia insinuações sobre actuação no processo “Estefânea Plaza” – uma comunicação

«O Vereador Sá Fernandes vem uma vez mais lançar suspeições de forma leviana sobre o Executivo da CML e, em particular, sobre o Pelouro do Urbanismo que tutelo.

Não posso admitir que o Vereador Sá Fernandes persista neste tipo de actuação em detrimento de uma postura construtiva na participação da salvaguarda do interesse público, usando e abusando de falsas interpretações da realidade dos factos.

Não tolero que o Vereador Sá Fernandes levante suspeições ou classifique de “negociatas” o trabalho que se desenvolve nos Serviços que tutelo, designadamente sobre os processos que se encontram em apreciação técnica, onde a actuação se pauta unicamente por critérios de cumprimento da Lei e defesa do interesse público.

O processo em causa – Estefânea Plaza -, sobre o qual o Vereador Sá Fernandes veio hoje questionar a minha actuação, e face ao meu entendimento de que os cidadãos em geral e os municípios de Lisboa em particular merecem conhecer a verdade dos factos, esclareço:

1. O processo deu entrada nos Serviços da Câmara em 11/07/2005;

2. Da apreciação técnica decorreu uma proposta de indeferimento, perante a qual a requerente colmatou as deficiências identificadas, conduzindo a que o anterior executivo considerasse reunidas as condições de aprovação tendo promovido a abertura do período de discussão pública, no seu último dia do mandato;

3. Relativamente à insinuação de que os serviços teriam indeferido o processo devido à ausência de espaços verdes públicos, ela não corresponde à verdade. Consideraram os Serviços que os princípios de utilização pública do espaço previstos no Regulamento Jurídico da Urbanização e Edificação - Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, encontram-se “garantidos na presente intervenção na medida em que são afectas áreas exteriores à utilização pública e é cedida a domínio municipal uma área de equipamento.”

4. Quando assumi as minhas funções de Vereadora do Urbanismo decidi acolher uma pretensão do requerente sobre a deslocalização de uma das rampas de acesso ao parque de estacionamento porque consideri ser uma solução viária mais adequada. Sublinhe-se que face ao perfil viário da Rua D. Estefânea, a solução técnica apontada pelos serviços poderia conduzir a uma acumulação de veículos na faixa de rodagem, dificultando a circulação na zona quer a nível viário quer pedonal bem como a fluidez do trânsito local.

5. Submeti a discussão pública a nova versão do projecto que incluía ainda o acréscimo de área de cedência para equipamentos para inclusão de um Lar (em cumprimento da condição de aprovação inicial) e a diminuição de 48 lugares de estacionamento, continuando em cumprimento com o PDM.

6. Entretanto, o IPPAR determinou a abertura de processo para eventual classificação do antigo edifício da Escola António Arroio e actual Escola Secundária de Camões, pelo que determinei o envio do processo a este Instituto para emissão de parecer, o qual se veio a pronunciar desfavoravelmente ao projecto.

7. Presentemente, face ao teor deste parecer, recebido esta semana, irei agir em conformidade.

8. Mais acrescento que o requerente apresentou ainda uma exposição para anular a condição de ceder ao Município as áreas de estacionamento públicas previstas no projecto, em relação à qual eu propus o indeferimento.

Perante estes esclarecimentos julgo clara a minha intervenção no processo em causa.

Sublinho que repudio qualquer insinuação de favorecimento deste ou de qualquer outro promotor e que pauto a minha actuação por princípios de integridade, transparência e defesa do interesse público.

Considero ofendida a minha honra. Por isso, vou solicitar aos competentes serviços jurídicos parecer para averiguar se há matéria para abertura de procedimento criminal. -Lisboa, 19 de Janeiro de 2007»

Debate sobre o Orçamento para 2007 e consequências locais do mesmo



Realizou-se no auditório da sede da Amadora do PSD, dia 18 de Janeiro, o debate “O Orçamento de Estado 2007 e a Saúde: Consequências para Portugal e para o Município da Amadora”.

Este debate foi organizado pela JSD Amadora e pelo Grupo Político do PSD na Assembleia de Freguesia de São Brás e teve como oradores:

Maria José Fonseca (JF Reboleira)

Maria Luísa Jubilado (Assembleia Municipal Amadora)

António Carlos da Silva (Médico Saúde Pública)

Regina Bastos (Deputada PSD e Coordenadora da Comissão de Saúde)

A noite começou com as boas vindas do Presidente da Comissão Política do PSD Amadora.

Logo de seguida falou o Presidente da JSD Amadora, que agradeceu aos convidados e sublinhou as consequências gravosas da acção deste Governo socialista. Foi igualmente referido a falta de investimento governamental na Amadora na área da Saúde, terminando a sua intervenção com uma saudação ao trabalho desenvolvido pelos autarcas da JSD nos órgãos autárquicos para o qual foram eleitos.

O debate, moderado pelo Companheiro Ricardo Girão, começou depois das intervenções dos nossos convidados e foi possível verificar o interesse da audiência no assunto que foi levado a debate.

De salientar a disponibilidade da Deputada Regina Bastos para visitar futuramente a recém-anunciada USF da Venda Nova e o Centro de Saúde da Reboleira. - **JSD/Oeiras**

Notícias dos Açores

JSD/A vai apresentar propostas para fixar jovens nos seus locais origem

A JSD/Açores no dia 17 a apresentação, dentro de três meses, de propostas para fixar os jovens nos seus locais de origem, alegando que algumas ilhas açorianas têm registado “uma diminuição preocupante” da população.

Sem especificar o teor destas propostas, o líder da JSD/Açores adiantou, em conferência de imprensa, que os jovens sociais-democratas açorianos pretendem, agora, reunir com o grupo parlamentar do PSD/Açores para “aprofundar” a questão.

Segundo Cláudio Almeida, a JSD/Açores vai fazer uma auscultação junto dos concelhos mais distantes e ilhas mais pequenas, caso de São Jorge e Graciosa, onde se têm verificado dificuldades na fixação de jovens.

“Vamos primeiro ouvir as pessoas que vivem essa realidade”, sublinhou o líder da JSD/Açores, argumentando que, em algumas ilhas pouco populosas, os jovens

“vão estudar para as universidades, mas acabam por não regressar, uma vez que não existem incentivos para se fixarem”.

Para Cláudio Almeida, apesar da criação de incentivos e participações financeiras pelos governos regionais, o arquipélago “continua a ter ilhas com imensas dificuldades na fixação de jovens e com níveis de desenvolvimento muito baixos, comparados com outras regiões do país”.

Cláudio Almeida anunciou, ainda, que a JSD/Açores vai lançar, na próxima semana, uma campanha de sensibilização para o referendo sobre a despenalização do aborto, para “esclarecer devidamente” os jovens eleitores sobre a matéria. Afirmou que a JSD/Açores “não dá qualquer orientação de voto” aos seus militantes, alegando tratar-se de uma matéria da “consciência individual de cada cidadão”.

- Fonte: Lusa

Notícias de Santarém

PSD reclama respostas do primeiro-ministro sobre poluição do rio Alviela

O PSD de Santarém prometeu hoje levar a poluição no rio Alviela ao Parlamento, após o rio ter sido afectado, na semana passada, por nova descarga poluente. O PSD quer questionar directamente o primeiro-ministro sobre a posição do Governo nesta matéria.

Uma descarga poluente atingiu quinta-feira da semana passada o rio Alviela, causada por uma falha de luz de 16 horas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Alcanena, que afectou a cultura de bactérias que faz a despoluição dos resíduos dos curtumes das indústrias locais.

Em comunicado, a distrital social-democrata, presidida pelo deputado Vasco Cunha, revelou que os eleitos pelo distrito vão questionar “directamente o primeiro-ministro, José Sócrates, sobre qual a sua posição política sobre esta matéria”.

Autarcas e empresários são unânimes na reivindicação de mais investimentos no saneamento do sector dos curtumes.

A “situação crítica no Alviela decorre, há vários anos, da falta de conclusão do sistema de Alcanena e dos problemas de insuficiente manutenção, que se começaram a manifestar depois da passagem” de José Sócrates pelo ministério do Ambiente, “logo após o Estado ter investido cerca de 50 milhões de euros no sistema de Alcanena, com a construção da ETAR, que concentrou os efluentes das indústrias de curtumes”, refere o comunicado do PSD de Santarém.

Anos depois da degradação do sistema se ter acentuado, os eleitos do PSD lamentam que “o Governo continue a ignorar o problema ambiental do rio Alviela”, mostrando-se “totalmente insensível para discutir uma solução” e revelando “incapacidade para compreender a dimensão do problema”.

No entanto, o PSD destaca o esforço feito pelas autarquias de Santarém e de Alcanena para alertar a tutela sobre esta questão, bem como as acções populares dos residentes na zona que promoveram uma petição sobre a matéria. - **Fonte: PL, Lusa, DN, RDP I**



Autarcas Sociais-Democratas defendem regras de equidade na distribuição de fundos

Os Autarcas Sociais-Democratas (ASD) desafiaram (no dia 19) o Governo a introduzir “regras de equidade e transparência” na forma como vão ser distribuídos os fundos comunitários, para evitar favorecimentos político-partidários.

“Lançamos um desafio ao Governo para que introduza, *porque ainda está a tempo de corrigir*, regras de equidade e transparência na forma como vai ser feita a redistribuição dos fundos”, defendeu o presidente dos ASD, Manuel Frexes.

Em declarações aos jornalistas no final de uma reunião da direcção dos ASD onde foi analisado o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007/2013 apresentado terça-feira pelo Governo, Manuel Frexes preconizou a garantia do princípio de autonomia na contratualização aos municípios e a todos os parceiros sócio-económicos.

Caso contrário, e porque se trata de um documento “governamentalizado” e que aposta numa “gestão concentrada nos gabinetes políticos dos ministérios”, ficará facilitada “a introdução de critérios sectários e pouco transparentes de favorecimento político-partidário, designadamente nos períodos das eleições autárquicas e legislativas.

Manuel Frexes defendeu ainda um reforço “significativo” da percentagem de financiamento dos fundos comunitários para as regiões do interior, “em nome da coesão nacional”.

“Este QREN vem agravar as desigualdades regionais, aumentando o fosso entre o interior e o litoral, entre as regiões mais ricas e as mais pobres”, criticou Manuel Frexes, que é também presidente da Câmara Municipal do Fundão.

Tal como a direcção nacional do PSD, também os ASD criticaram os atrasos verificados na aprovação do QREN, que define os critérios de aplicação, até 2 013, dos 21,5 mil milhões de euros de fundos comunitários.

“Com os sucessivos atrasos, perdemos um ano”, lamentou Manuel Frexes, reiterando igualmente as críticas à utilização de parte dos fundos comunitários na construção do novo aeroporto da Ota e a criação do TGV.

“Este será um QREN obstinado em resolver dois embaraços provocados, caprichosamente e teimosamente, pelo senhor primeiro-ministro: a Ota e o TGV”, referiu o autarca.





ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Albergaria-a-Velha, para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2006, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Av. Napoleão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação da conta de Gerência da Secção do ano de 2006.

ÁGUEDA

Ao abrigo das alíneas a), e d) do n.º 2 do artigo 50.º e do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção dos militantes de Águeda do PSD para uma reunião plenária a realizar no dia 02 de Fevereiro de 2007 (Sexta-Feira), na sede concelhia, sita na Quinta dos Oliveiras em Águeda, às 21,00 Horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Aprovação do orçamento e das contas do Partido do ano de 2006.

2 - Análise da situação Político-Partidária.

ALCOCHETE

Nos termos do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Alcochete, para reunir em Assembleia de Secção na sede do PSD, sita na Rua do Paço, n.º 11, em Alcochete, no próximo dia 9 de Fevereiro de 2007, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação das contas de 2006.

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante, para reunir no dia 26 de Janeiro de 2007, pelas 21h00, na sede concelhia, sita no Edifício do Salto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Análise, discussão e votação do relatório e contas de 2006;
Ponto dois: Avaliação e discussão da situação Política;

Ponto três: Outros assuntos

ARMAMAR (CPD Viseu)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Lamego para uma Assembleia Eleitora de Secção a realizar no próximo dia 24 de Fevereiro de 2007 pelas 18.00 h, a realizar no Centro Paroquial de Armamar, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição da Mesa

da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: - As listas candidatas deverão ser apresentadas na Sede Distrital do PSD de Viseu nos prazos e condições estabelecidos no Regulamento Eleitoral.

- Podem eleger e ser eleitos os militantes do PSD que tenham as quotas em dia - o pagamento das quotas terá de ser efectuado até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral para que constem do Caderno Eleitoral a fornecer pela Secretaria-Geral do PSD.

- As urnas estarão abertas entre as 18.00 e as 20.00 Horas

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD de Fronteira, para reunir no próximo dia 9 de Março de 2007 (sexta-feira), no salão da Junta de Freguesia de Fronteira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral, só poderão votar e ser eleitos os militantes que, à data se encontrem inscritos no PSD, há pelo menos, seis meses e que tenham as suas quotas em dia, pagas até ao 10.º décimo dia anterior ao acto eleitoral.

LAMEGO (CPD VISEU)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Lamego para uma Assembleia Eleitoral de Secção a realizar no próximo dia 23 de Fevereiro de 2007 pelas 21h, a realizar na Sede do PSD de Lamego, situada na Av. 5 de Outubro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: - As listas candidatas deverão ser apresentadas na Sede Distrital do PSD de Viseu nos prazos e condições estabelecidos no Regulamento Eleitoral.

- Podem eleger e ser eleitos os militantes do PSD que tenham as quotas em dia - o pagamento das quotas terá de ser efectuado até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral para que constem do Caderno Eleitoral a fornecer pela Secretaria-Geral do PSD.

- As urnas estarão abertas entre as 21.00 e as 23.00 Horas

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD da Moita, convoca-se todos os militantes para reunir no dia 3 de Fevereiro de 2007, pelas 15h30, na sede

do Núcleo do PSD, Centro Comercial da Zona F, Loja 3, no vale da Amoreira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Contas 2006 e Orçamento de 2007;
2. Informações;
3. Análise da situação político-partidária.

MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide, para reunir no próximo dia 1 de Fevereiro de 2007, 5ª feira, pelas 21h00, na sede, sita na RUA Maria do Rosário Patação, n.º 4 r/c Dto, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação do relatório e contas referentes ao ano civil de 2006;
3. Análise da situação política local e nacional.

NÚCLEO DE SANTA MARTA DE PORTUZELO (Viana do Castelo)

Ao abrigo do artigo 3.º do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Santa Marta de Portuzelo do PSD, para reunir no próximo dia 9 de Março de 2007, pelas 21h00, na sede do Núcleo de Santa Marta de Portuzelo sita na Rua de Santa Marta de Portuzelo, Lugar da Petigueira, em Santa Marta de Portuzelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição Núcleo de Santa Marta de Portuzelo

Notas: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues na sede do Núcleo até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes para a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, a realizar no dia 16 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, na sede concelhia da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 - escritório 1, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Análise e votação das contas do exercício de 2006;
Ponto dois: Outros assuntos de interesse para o partido.

Nota: Se à hora marcada não estiver a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia inicia-se 30 minutos mais tarde com o número de militantes presentes.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia da Secção de Setúbal, no dia 8 de Fevereiro de 2007,

quinta-feira, às 21h30, na sede sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 - 1.º Esq., em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Informações;
Ponto dois: Apreciação e votação das contas de 2006 e do Orçamento de 2007;
Ponto três: Análise da situação Político-partidária.



MAIA

Convocam-se todos os militantes da Juventude Social Democrata da Secção da Maia para um Plenário de Secção, a realizar no próximo dia 27 de Fevereiro de 2007, terça-feira, pelas 21h30 na Sede Concelhia, sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987 e com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Plano de actividades para o ano de 2007;

2 - Análise da Situação Política;

3 - Outros assuntos.

O Presidente da Mesa

(Hugo Alexandre da Silva Maia)

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da Concelhia da JSD Póvoa de Varzim, para reunirem em Plenário a 8 de Fevereiro de 2007, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD da Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, n.º 7 - 1.º Esq. com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Apresentação do Plano de Actividades para o 1.º trimestre de 2007;

2 - Informações;

3 - Análise da Situação Política Local;

4 - Análise da Situação Política Nacional;

5 - Outros assuntos.

O Presidente da Mesa

(António Barroso)

CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia Distrital da JSD de Vila Real, para reunir no próximo dia 3 de Março de 2007 (Sábado), pelas 15 horas na Sede Distrital do PSD em Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da Situação Política;

3 - Apresentação dos planos de trabalho das diversas coordenações;

4 - Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa Distrital

(Custódio Tender)